



Número: **0882531-69.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Cejusc II - Varas Cíveis - TJPB/IESP**

Última distribuição : **16/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 4.050,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA DAS DORES DE MENDONCA SALES (AUTOR)		MARCELO ANTONIO RODRIGUES DE LUCENA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27091798	16/12/2019 14:59	Petição Inicial	Petição Inicial
27092472	16/12/2019 14:59	1 - PETIÇÃO INICIAL DPVAT MARIA DAS DORES	Documento de Comprovação
27092476	16/12/2019 14:59	2 - DORA PROCURAÇÃO	Procuração
27092477	16/12/2019 14:59	COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Documento de Comprovação
27092484	16/12/2019 14:59	4 - DORA LAUDO E PRONTUÁRIO TRAUMA	Documento de Comprovação
27092490	16/12/2019 14:59	5-DORA BO	Documento de Comprovação
27092491	16/12/2019 14:59	6 - NEGATIVA	Outros Documentos
27092492	16/12/2019 14:59	DORA DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação
27092494	16/12/2019 14:59	GUIAS	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
27131691	17/12/2019 16:54	Despacho	Despacho
28724603	03/03/2020 14:17	Expediente	Expediente

Anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA __ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA - PB**

PRIORIDADE PROCESSUAL
IDOSO MAIOR DE 60 ANOS

MARIA DAS DORES DE MENDONÇA SALES, brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG: 112.051 SSP-PB e CPF: 343.694.494-72, residente e domiciliada na Rua: Prefeito Severino Cabral, nº 40, Brisamar, CEP: 58033-630, João Pessoa – PB, vem por seu advogado e procurador constituído nos termos do instrumento de mandato em anexo e *in fine* assinado, com escritório profissional localizado na rua: Professor Osvaldo Miranda Pereira, nº 860, Edf. Jardim Luna Center, Salas: 206 e 207, Jardim Luna, nesta Capital-PB, **onde deverão ser enviadas as comunicações processuais pertinentes**, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento no Art. 319 do CPC e na Lei 6.194/74, ingressar com a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, inscrito no CNPJ 09.248.608/0001-04, Rua Senador Dantas n. 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro / RJ, CEP 200312-05, com fundamento nas razões de fato e de direito a seguir expostas:

PRELIMINARMENTE

I - DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Requer a Autora o benefício da gratuidade de justiça, nos termos da Legislação Pátria, inclusive para efeito de possível recurso, tendo em vista estar impossibilitado de arcar com as despesas processuais sem prejuízo próprio e de sua família. A Carta Magna em seu art. 5º, inciso LXXIV, estabelece



o seguinte: “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Neste mesmo sentido caminha a Lei nº 1.060/50 em seu art.4º, in verbis:

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar às custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Desta feita, requer a Demandante o deferimento dos benefícios da assistência judiciária gratuita, pois como atesta, não ter condições de arcar com as custas e despesas processuais sem o comprometimento do sustento próprio e de sua família.

II – DA TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA

A Autora é pessoa idosa, 79 (setenta e nove) anos, razão pela qual requesta a prioridade da tramitação da presente demanda, nos termos do Estatuto do Idoso – Lei nº. 10.741/2003 e nos termos do art. 1.048, inciso I, do CPC/2015.

III – DA PERÍCIA MÉDICA E SUAS CUSTAS

De forma a provar, não apenas os danos corporais, mas, sobretudo, a lisura da Requerente e sua boa-fé, a Promovente requer a realização perícia médica, apenas se Vossa Excelência entender necessário, já que resta visível o trauma sofrido pela parte.

Desta forma, vem a Postulante humildemente requerer a Vossa Excelência, que determine através dos termos firmado no convênio com o Tribunal de Justiça da Paraíba, a realização de perícia, uma vez que para receber tal indenização securitária, necessário se faz que fique constatada a debilidade, bem como o grau de invalidez do membro atingido. Como medida de inteira Justiça.

Ainda, por ser pobre na forma da lei, a autora não tem condições de arcar com quaisquer custos periciais, sendo necessária, neste caso, aplicação do que dispõe o Art. 3º da Lei 1060/50:

Art. 3º - A assistência judiciária compreende as seguintes isenções:

(...)

V - dos honorários de advogado e peritos.



DOS FATOS

A Autora foi vítima de acidente de trânsito no dia 05/05/2018 por volta de 09:30, quando ao entrar no ônibus da linha **1500 – CIRCULAR** na AV. Epitácio Pessoa, o motorista fez uma arrancada brusca fazendo com que a mesma caísse ao solo.

Após o acidente, a Autora foi socorrida por Ambulância do Corpo de Bombeiros e levada ao Hospital de Emergência e Trauma da Capital, onde foi submetida a procedimento, exames e tratamento, conforme documento anexo. Ao chegar no hospital, teve como diagnóstico: **FRATURA DE EXTREMIDADE PROXIMAL DO ÚMERO ESQUERDO**, conforme laudo e prontuário anexo.

Em decorrência deste acidente, a Autora está incapacitada para desenvolver as atividades diárias que exercia, ou seja, a indenização terá que ser no percentual de 100%, uma vez que a Suplicante obteve lesões que causaram invalidez em partes de seu corpo.

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

A Requerente juntou diversos documentos exigidos pela Seguradora, isso para preencher os requisitos da indenização do seguro obrigatório, tendo seu pedido de indenização **NEGADO, não fazendo, portanto, jus ao direito da autora**, tendo em vista a existência de laudo que comprova a debilidade em questão, em desacordo com a Lei nº. 11.945/09.

SINISTRO 3190664453 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARIA DAS DORES DE MENDONCA SALES

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO MARIA DAS DORES DE MENDONCA SALES

CPF/CNPJ: 34369449472

Posição em 12-12-2019 10:32:10

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.

DO DIREITO



A Lei nº 11.482/07, vigente impõe um valor para as indenizações que envolvam veículos automotores de via terrestre pagos em razão do seguro obrigatório (DPVAT), no importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos casos de invalidez permanente. Vejamos:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, **INVALIDEZ PERMANENTE** e despesas de assistência médicas e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: a – 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) nos casos de invalidez.

Este é o entendimento consolidado pelos tribunais, *in verbis*:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO DPVAT. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. IRRESIGNAÇÃO APELATÓRIA. ALEGAÇÃO DE RASURA NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA. NEXO CAUSAL DEMONSTRADO. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO DE ACORDO COM O GRAU DA INVALIDEZ. APLICAÇÃO DA LEI 6194/74. PROPORCIONALIDADE DEFINIDA PELA TABELA ANEXA À LEI 11.945/09. DESPROVIMENTO DO RECURSO. – Constatando-se que a seguradora não pagou a totalidade do valor devido à promovente na esfera administrativa, deve efetuar a complementação devida – Comprovada a debilidade permanente parcial, através de Laudo realizado por perito oficial, devida é a indenização fixada na Lei n. 6.194/74, respeitada a devida proporcionalidade definida pela tabela anexa à norma nº 11.945/09. – “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”(Súmula 474, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/06/2012, DJe 19/06/2012). – (TJPB – ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00017674320148150211, 1ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. JOSÉ RICARDO PORTO, j. em 15-12-2016)

DPVAT - Indenização - Valor – Complementação Em seguro DPVAT, o valor teto de indenização não deve ser tido como fator de correção, mas quantia devida à indenização, em virtude do sinistro ocorrido, e que, se



pago a menor, deve ser objeto de complementação. (20 Turma Recursal de Uberlândia - Rec. n1 702.041.774184- Rel. Juiz Armando Conceição Vieira Ferro).

DPVAT - Indenização - Valor complementar Juizado Especial Cível - Seguro Obrigatório (DPVAT) - Complementação - Admissibilidade. O recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, mas relativo à satisfação parcial do quantum legalmente assegurado pelo artigo 31 da Lei n1 6.194/74, não se traduz em renúncia a este, sendo admissível postular em juízo a sua complementação, não ocorrendo a prescrição a qual não pode ser conhecida de ofício - É legítima a cobrança do DPVAT com base no salário mínimo, pois a Lei n1 6.194/74 não foi atingida pelo advento das Leis n1 6.205/75 e 6.243/77. (20 Turma Recursal de Betim - Rec. n1 9238-2/04 - Rel. Juiz Dirceu Wallace Baroni).

Desta forma Nobre Julgador, a Demandante preenche todos os requisitos introduzidos pela lei supra do seguro obrigatório no processo em tela para alcançar o valor devido da indenização perseguida pelo mesmo. Portanto, todas as exigências que a Lei impõe, para que seja paga a indenização do seguro obrigatório, foram preenchidas, ficando desde já a ré obrigada a indenizar o requerente. Tudo como Medida de Lídima e Inteira Justiça.

DOS PEDIDOS

Diante dos fatos acima narrados, bem como, das provas documentais acostadas aos autos, assim também com fundamento na Lei que rege a matéria, e ainda nas Jurisprudências emanadas de vários Tribunais do País, o demandante vem perante Vossa Excelência, com o máximo respeito pedir o seguinte:

1. Que Vossa Excelência lhe conceda os benefícios da Justiça Gratuita, na forma da Lei nº. 1.060/50, uma vez que a parte autora, em face de seu atual estado de necessidade, não se encontra em condições de arcar com as despesas deste processo advindas, sem que prejudique seu sustento próprio, bem como, de sua família;
2. Por se tratar a Ré de pessoa jurídica, requer-se que a citação seja efetuada por intermédio do sistema de cadastro de processos em autos eletrônicos nos termos do art. 246, § 1º do Código de Processo Civil ou seja a promovida citada





Marcelo Lucena
ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA

pelo correio, nos termos dos artigos 246, I, 247 e 248 do Código de Processo Civil, para responder no prazo de 15 (quinze) dias com base no artigo 335 do CPC, sob pena de sofrer os efeitos da revelia e confissão, artigo 344 do CPC, devendo o respectivo mandado conter o prazo para resposta, o juízo e o cartório com o respectivo endereço e ao final sejam condenados ao pagamento dos valores pleiteados nesta e acréscimos ;

3. Julgar procedente o presente pedido, para o fim de condenar a Requerida ao pagamento do valor **R\$4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)** a título de seguro DPVAT, isso desde a data do fatídico acidente e acrescido ainda dos juros legais, conforme o disposto na Súmula 54 do STJ e correção monetária;

4. Condenar a Requerida no pagamento das custas e despesas processuais mais honorários advocatícios no percentual de 20%, nos termos do que preceitua o artigo 85, §2º, do CPC;

5. Requer, ainda, seja acrescido ao importe condenatória a multa de 10% (dez por cento) e honorários de advogado, sobre o valor atualizado do débito, caso a demandada não realize tal pagamento no prazo de 15(quinze) dias, a contar do trânsito em julgado, de conformidade com o artigo 523, §1º do CPC, introduzido pela Lei 13.105/2015;

6. A dispensa de designação de audiência de conciliação conforme art. 319, VII, CPC, tendo em vista a prática consolidada da seguradora é de não realizar acordos nas audiências de conciliação em demandas congêneres, desse modo, mostra-se inoportuna a audiência de conciliação/mediação prevista no art. 334, do CPC;

7. Protesta a Autora provar o alegado por todos os meios de provas em direito permitido, juntada de documentos e outras a serem requeridas oportunamente;

Dá-se, a presente causa para efeitos fiscais o valor de **R\$4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)**

Nesses termos,

Pede deferimento.

João pessoa – PB, 13 de dezembro de 2019.

MARCELO ANTONIO RODRIGUES DE LUCENA
OAB – PB 21734

Rua Prof. Osvaldo de Miranda Pereira, 860, Edf. Jardim Luna Center, Sala 208, Jardim Luna, João Pessoa - PB
(83) 3023.0795 • (83) 99922.0997 • marcelolucena.adv@gmail.com



Assinado eletronicamente por: MARCELO ANTONIO RODRIGUES DE LUCENA - 16/12/2019 14:49:05
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121614490384000000026151833>
Número do documento: 19121614490384000000026151833

Num. 27092472 - Pág. 6

QUESITOS PARA O PERITO:

1. Houve lesão à integridade física da vítima?
2. Restou sequela da lesão ocorrida? Em caso afirmativo favor identificá-las
3. Se das sequelas identificadas quais foram às consequências traumáticas e funcionais dos órgãos/membros atingidos?
4. Se tais sequelas causaram redução na capacidade laborativa da vítima?
5. Se a lesão deixou sequelas incapacitantes, quantificando os graus de perdas das mobilidades?
6. Se as sequelas são provenientes do acidente automobilístico sofrido pelo autor?
7. Queira o Dr. Perito esclarecer se houve incapacidade laborativa, e tudo o mais que achar necessário.
8. Queira o Dr. Perito esclarecer se a lesão é de caráter temporário ou definitivo?
9. Queira o Dr. Perito esclarecer se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se este (s) órgão (s) foi (foram) lesionado em função de acidente automobilístico ou outras causas?
10. Queira o Dr. Perito esclarecer se a diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado é de caráter permanente ou temporário?



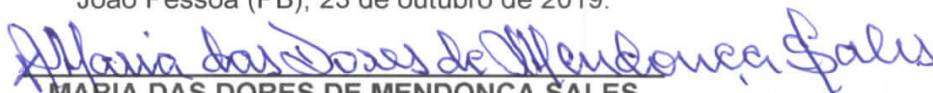
PROCURAÇÃO AD-JUDICIA et EXTRA AD – NEGOTIA

MARIA DAS DORES DE MENDONÇA SALES, brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG: 112.051 SSP/PB e CPF: 343.694.494-72, residente e domiciliada na Rua Prefeito Severino Cabral, 40, Brisamar, João Pessoa – PB, cep: 58033-630. Pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia(m) e constitui(m) seu(s) bastante(s) procurador(es) o(s) advogado(s) Beis, **MARCELO ANTONIO RODRIGUES DE LUCENA, OAB – PB 21734**, brasileiro, representante da Sociedade de Advogados MARCELO LUCENA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba, sob o nº. 481, com Escritório Advocatício situado na Rua: Professor Osvaldo de Miranda Pereira, 860, Edf. Jardim Luna Center, salas: 206 e 207, Jardim Luna, João Pessoa – PB, respectivamente, a quem confere(m) amplos poderes para foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, podendo propor contra quem de direito as ações competentes em qualquer JUÍZO, INSTÂNCIA ou TRIBUNAL, e defendê-la(s) nas contrárias, seguindo umas e outras, até a final decisão, interpor quaisquer recursos e acompanhando-os, fazer pedidos, assinar petições, intimações conferindo-lhe(s), ainda poderes específico para: peticionar em qualquer órgão da Administração Pública, direta e/ou indireta, ao nível Federal, Estadual e Municipal, inclusive perante Delegacias de Polícias Estaduais e Federais, Autarquias, Empresa Públicas e Sociedade de Economia Mista, receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, tudo em conformidade com a norma do art. 105 do CPC, receber alvarás, oferecer bens à penhora, renunciar e/ou negociar direito que se funde em ação já contratada, levantar precatório, alvará de crédito referente ao valor devido pelo INSS, depósitos em poupança ou conta corrente, na Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S/A, ou qualquer outra Instituição Financeira ou Bancária, levantar quantia prevista neste contrato, referente a honorários advocatícios previsto Art. 85 do CPC, ficando ressalvados que os mesmos são devidos, em caso de desistência, acordo ou substabelecimento do instrumento procuratório para outrem, por parte do Outorgante, sem a expressa anuência dos Outorgados, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo pôr bom, firme e valioso, para praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato com prazo indeterminado.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

A parte outorgante declara, nos termos da Lei nº. 1.060/50 (lei de assistência judiciária gratuita), que é pobre na forma da legislação de regência e que, por isso, não tem condições de arcar com os custos processuais sem comprometer o sustento próprio e de sua família.

João Pessoa (PB), 23 de outubro de 2019.


MARIA DAS DORES DE MENDONÇA SALES





LUIZACRED

Consulte sua fatura na internet
ou nas caixas eletrônicas do Itaú.



CTC RECIFE PE PL7

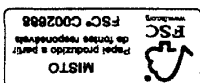


MARIA DAS DORES DE MENDONCA SALES
R PREF SEVERINO CABRAL 40
CASA - BRISAMAR
58033-630 JOAO PESSOA - PB



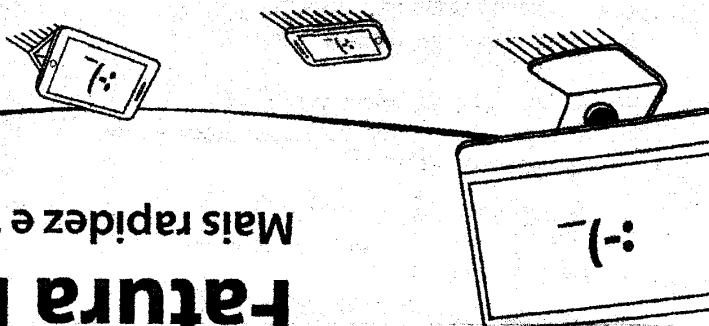
7211094230193940000000040230 251119

Data de Postagem: 25/11/2019
Data de Vencimento: 09/12/2019
Data de fechamento (emissão): 24/11/2019
Data prevista de fechamento da próxima fatura: 23/12/2019



Mude para a
Fatura Digital.
Mais rapidez e facilidade para você.

GRD 1022278 JAN/2014





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	MARIA DAS DORES DE MENDONÇA SALES
DATA DE NASCIMENTO	06/10/40
NOME DA MÃE	CANDIDA TRAVASSOS DE MENDONÇA

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	1.080.035
DATA DO ATENDIMENTO	05/05/18
HORA DO ATENDIMENTO	11:20
MOTIVO DO ATENDIMENTO	QUEDA
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA DE EXTREMIDADE PROXIMAL DO ÚMERO ESQUERDO
CID-10	S42.2

AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Boletim de Entrada. Paciente foi atendido neste Serviço, com relato de queda da própria altura, dentro de um ônibus em andamento. Nega síncope. Queixa-se de dor na região do membro superior esquerdo. Nega TCE ou perda da consciência. Consciente e orientada. TC de ombro esquerdo: fratura de tubérculo maior de úmero esquerdo, sem desvio. Tratamento conservador.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX de ombro esquerdo
RX de braço esquerdo
TC de ombro esquerdo

RESULTADOS DOS EXAMES:

Fratura de tubérculo maior de úmero esquerdo, sem desvio.

TRATAMENTO:

Imobilização e tratamento conservador da fratura.

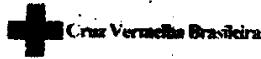
ALTA HOSPITALAR:	05/05/18
DATA DA EMISSÃO:	23/07/18

Dr. José de Almeida Freiga

CRM: 2325/PA

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: CML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





AV. CRESTES LISBOA, s/n - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1080035



Identificação do paciente

ID 680066	Nome MARIA DAS DORES DE MENDONCA SALES	Sexo Feminino
Data de nascimento 06/10/1940	Idade 77 anos 6 meses 29 dias	Estado civil CASADO(A)
Religião CATOLICA	Prontuário	
Mãe CANDIDA TRAVASSOS DE MENDONCA	Pai NARCISO CARVALHO DE MENDONCA	
Escolaridade MEDIO COMPLETO	Responsável (Parentesco) ROSSANA DE MENDONCA SALES - FILHO(A)	
DDD Móvel 83	Fone Móvel 987128589	DDD Fixo
Fone Fixo		
Tipo documento CPF	Número documento 34369449472	Nº Cns 120275684080007
Local de procedência AV EPTACIO PESSOA	Tipo BARRO	UF PB
Email	Naturalidade JOAO PESSOA	CBOR

Endereço

CEP 58033630	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro Rua Prefeito Severino Cabral
Número 40	Complemento	Bairro Brisamar	

Admissão

Data e Hora 06/06/2018 11:20:58	Número da pulseira 100004249770	Convênio SUS
------------------------------------	------------------------------------	-----------------

Especialidade CIRURGIA GERAL	Clinica
---------------------------------	---------

Classificação de risco	Origem do paciente RUA
------------------------	---------------------------

Caráter de atendimento	Motivo do atendimento QUEDA	Detalhe do acidente QUEDA DO MESMO NIVEL
------------------------	--------------------------------	---

Indicadores e Transporte

Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte RESGATE - BOMBEIROS	Quem transportou		

Sinais Vitais

PA X	mmHg	Pulso	Temperatura
---------	------	-------	-------------

Exames complementares

Raios X []	Sangue []	Urina []	TC []	Líquor []	ECG []	Ultrassonografia []
------------	-----------	----------	-------	-----------	--------	---------------------

paciente chegou com história de queda de altura a cerca de 15 metros, apresentando dor no pescoço e no braço direito.

Diagnóstico	CD
-------------	----

Atendido por KELLY DE SOUZA BARBOSA	Tempo 02min 28seg
--	----------------------

Imprimir





Cruz Vermelha
Brasileira

HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR H

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome	MARIA DAS DORES DE MENDONÇA SALES	Data de	08/10/1944	Idade	77a 6m 29d	Sexo	FEMININO	Nº	1080035	Prontuário	05/05/2018 11:48:01
Módulo do Atendimento		Enfermeiro / Leito						Validade da Prescrição	05/05/2018 11:48:00 - 06/05/2018 11:48:00		
Comentário	SUS	Matrícula								Senha	

Nome do medicamento	Dose	U.M.	Orientação de Uso	Via de	Veloc. Inf.	Pos	Apazamento
1 DIPERONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML)	1.0	ML		E.V.		AGORA	
2 IGETOPROFENO 100 MG	100.0	MG		E.V.		AGORA	
3 PAREGER ORTO	0.0						

ATTILA RAPHAEL BARBOSA ARAUJO
CRM: 11491

Dr. Leonardo Soares de Lima
Assinatura e Carimbo do Profissional

Assinatura e Carimbo do Profissional

05 de Maio de 2018

Data: 05/05/2018 11:49
Usuário: ATILA RAPHAEL
Senha: 1080035



Cruz Vermelha Brasileira

Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto LucenaGOVERNO
DA PARAÍBA

CONSULTÓRIOS E ASSISTÊNCIA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, Sn, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 445365

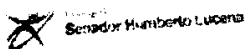
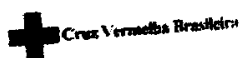
Paciente MARIA DAS DORES DE MENDONCA SALES	BAE 1080035	Data/Hora Entrada 05/05/2018 11:20:56	Data Baixa
Data de nascimento 06/10/1940	Idade 77a 6m 29d	Sexo Feminino	CNS 120278584050007
Mão CANDIDA TRAVASSOS DE MENDONCA			Telefone de Contato (83) 997128568
Endereço Rua Prefeito Severino Cabral, 40			Prontuário
Bairro Brisamar		Município JOAO PESSOA	UF PB
Acidente QUEDA DO MESMO NIVEL		Motivo QUEDA	Profissional TIBERIO VANOMARK CHAVES BEZERRA
Data/Hora Classificação 05/05/2018 11:20:56		Nº Cons. Regional 8252/PB	
Data/Hora Prescrição 05/05/2018 11:20:56		Data/Hora Prescrição 05/05/2018 13:27:43	
Anamnese			
ORTOPEDIA			
RELATO DE QUEDA DENTRO DO ÔNIBUS COM TRAUMA NO OMBRO ESQUERDO RELATA DOR NO OMBRO ESQUERDO NEGA TCE OU PERDA DE CONSCIÊNCIA EX. FIS.: BEG, CONSCIENTE E ORIENTADA MSE: DOR NA REG. OMBRO ESQUERDO. SEM ALT. NEUROVASCULARES. SEM SINAIS DE TVP OU COMPARTIMENTAL RX: FRATURA UMERUO PROXIMAL ESQUERDO CD: TC OMBRO ESQUERDO			
MEDICAÇÃO			
TRAMADOL 50MG /ML INJETAVEL (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 2,0 ML VIA E.V., AGORA			
METOCLOPRAMIDA 10MG/2ML INJETAVEL (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 2,0 ML VIA INTRAMUSCULAR, AGORA			
EXAME DE IMAGEM			
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO OMBRO ESQUERDO			
Conduta			
Em observação			

MARIA DAS DORES DE MENDONCA SALES

TIBERIO VANOMARK CHAVES BEZERRA
(CRM 8252/PB)

Boletim registrado por: KELLY DE SOUZA BARBOSA em 05/05/2018 11:23:21

<http://172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?control=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=280078&pesquisa=S&perform=imprimirPr>



ASSINADO ELETRONICAMENTE

AREA VERMELHA
Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090
Tel:
CNES: 6121221

Paciente	MARIA DAS DORES DE MENDONCA SALES	BAE	1000035	Data/Hora Entrada	05/05/2018 11:20:58	Data Baixa		
Data de nascimento	09/10/1940	Idade	77a 6m 29d	Sexo	Feminino	CNS	120275584060007	
Mãe	CANDIDA TRAVASSOS DE MENDONCA	Bairro	Brisamar	Município	JOAO PESSOA	UF	PB	
Endereço	Rua Profeta Severino Cabral, 40	Profissional	ATTILA RAPHAEL BARBOSA ARAUJO SOUZA DE OLIVEIRA ALVES				Nº Cons. Regional	114811
Acidente	QUEDA DO MESMO NIVEL	Motivo	QUEDA	Data/Hora Prescrição	05/05/2018 11:40:01			
Data/Hora Classificação	05/05/2018 11:20:58							

Anamnese

CIRURGIA GERAL

PACIENTE TRAZIDA PELA SÓCORA, COM QUEIXA DE DOR NA REGIÃO DO OMBRO ESQUERDO, EM PROPRIA ALTURA DENTRO DE UM ONIBUS EM ANDAMENTO, HÁ CERCA DE 1 HORA. NEGA SINTOMAS DE VÔMITO OU OUTRAS COMPLICAÇÕES. PACIENTE VEIO SEM COLAR CERVICAL OU PRANCHA. QUEIXA-SE DE DOR DA REGIÃO DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.

CD: SOLICITO RAO X DE OMBRO ESQUERDO, BRAÇO ESQUERDO
SOLICITO PARECER DA ORTOPEDIA
ALTA DA CIRURGIA GERAL

MEDICAÇÃO

DIPHRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 1,0 ML VIA E.V., AGORA
CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 100,0 MG VIA E.V., AGORA

CUIDADOS

SOLICITAÇÃO DE PARECER ORTOPEDIA

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE ESCAPULA / OMBRO ESQUERDO (TRES POSICOES)
RADIOGRAFIA DE BRAÇO ESQUERDO

CID10

Código	Descrição
T14.9	Traumatismo não especificado

Conduta

Em observação

MARIA DAS DORES DE MENDONCA SALES

ATTILA RAPHAEL BARBOSA ARAUJO SOUZA DE OLIVEIRA ALVES
(CRM: 114811)





Cruz Vermelha Brasileira



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

CONSULTÓRIOS E ASSISTÊNCIA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, Sn, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 445365

Paciente MARIA DAS DORES DE MENDONCA SALES		BAE 1680035	Data/Hora Entrada 05/05/2018 11:20:56	Data Baixa 2018-05-05 14:00:00
Data de nascimento 06/10/1940	Idade 77a 6m 29d	Sexo Feminino	CNS 120275584050007	Telefone de Contato (53) 967128599
Mãe CANDIDA TRAVASSOS DE MENDONCA				Prontuário
Endereço Rua Prefeito Severino Cabral, 40		Bairro Brisamar	Município JOAO PESSOA	UF PB
Acidente QUEDA DO MESMO NIVEL		Motivo QUEDA	Profissional LAIANA KAREN DANTAS BARRETO	Nº Cons. Regional 8491/RN
Data/Hora Classificação 05/05/2018 11:20:56		Data/Hora Prescrição 05/05/2018 14:00:02		
Anamnese				
ORTOPEDIA				
RELATO DE QUEDA DENTRO DO ÔNIBUS COM TRAUMA NO OMBRO ESQUERDO RELATA DOR NO OMBRO ESQUERDO NEGA TCE OU PERDA DE CONSCIÊNCIA ALÉRGICA A IODO				
EX. FIS.: BEG, CONSCIENTE E ORIENTADA MSE: DOR NA REG. OMBRO ESQUERDO. SEM ALT. NEUROVASCULARES. SEM SINAIS DE TVP OU COMPARTIMENTAL				
TC DE OMBRO E = FRATURA DE TUBÉRCULO MAIOR DE ÚMERO ESQUERDO SEM DESVIO.				
CD: TRATAMETNOC ONSERVADOR COM HEMI-J + AINES + ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL + ORIENTAÇÕES				
STAFF: DR. MOURIBE				
PROCEDIMENTO				
HEMI - J, (OBSERVAÇÕES: A ESQUERDA)				
CID10				
Código	Descrição			
S42.2	Fratura da extremidade superior do úmero			
Conduta				
Alta médica				
Alta Hospitalar				
Usuário LAIANA KAREN DANTAS BARRETO	Data e Hora 05/05/2018 14:00:00		Observações	
Motivo de Alta ALTA HOSPITALAR				

MARIA DAS DORES DE MENDONCA SALES

Laiana Karen Dantas Barreto
MÉDICA
8491
LAIANA KAREN DANTAS BARRETO
(CRM: 8491/RN)

Boletim registrado por: KELLY DE SOUZA BARBOSA em 05/05/2018 11:23:21





**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social

CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01264.01.2019.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01264.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 09:32 horas do dia 01 de fevereiro de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvea Neiva Almeida, matrícula 1560913, e lavrado por José Rodrigues da Silva Junior, Agente de Investigação, matrícula 1550888, ao final assinado, compareceu **Maria das Dores de Mendonça Sales**, CPF nº 343.694.494-72, nacionalidade brasileira, estado civil viúvo(a), identidade de gênero feminino, profissão Do Lar, filho(a) de Candida Travassos de Mendonça e Narciso Carvalho de Mendonça, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 06/10/1940 (78 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Prefeito Severino Cabral, Nº 40, bairro Brisamar, tendo como ponto de referência Casa, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98724-1689.

Dados do(s) Fatos:


Local: Avenida Epitacio Pessoa, Centro, João Pessoa/PB, bairro Centro; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 05/05/18 09:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303 § 1º: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

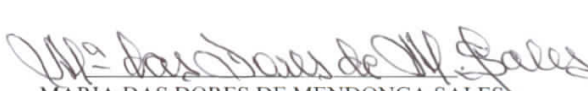
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE NO DIA 05/05/2018, POR VOLTA DAS 09:30, ENTROU NO COLETIVO DA EMPRESA TRANSNACIONAL DA LINHA 1500 - CIRCULAR, NA AVENIDA EPITÁCIO PESSOA, NESTA CAPITAL, MOMENTO EM QUE O MOTORISTA DO ÔNIBUS ARRANCOU BRUSCAMENTE FAZENDO COM QUE ESTA NOTIFICANTE CAÍSSE NO LOCAL; QUE ESTA NOTIFICANTE FOI SOCORRIDA POR UMA AMBULÂNCIA DO CORPO DE BOMBEIROS ATÉ O HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA, ONDE FOI ATENDIDA E DIAGNOSTICADA COM FRATURA DE EXTREMIDADE PROXIMAL DO ÚMERO ESQUERDO COM CID S42.2, CONFORME LAUDO MÉDICO ASSINADO PELO DR. JOSÉ DE ALMEIDA BRAGA CRM/PB 2329.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fê.

João Pessoa/PB, 01 de fevereiro de 2019.


JOSÉ RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
Agente de Investigação


MARIA DAS DORES DE MENDONÇA SALES
Noticiante

Procedimento Policial: 01264.01.2019.1.00.401

1/1



SINISTRO 3190664453 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARIA DAS DORES DE MENDONCA SALES

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO MARIA DAS DORES DE MENDONCA SALES

CPF/CNPJ: 34369449472

Posição em 12-12-2019 10:32:10

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

100-P-A-02

MAIOR DE IDADES

09/07/2008

06/10/1940

0 +

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 112.051 -2 VIA DATA DE EMISSÃO 27/02/2018

NOME MARIA DAS DORES DE MENDONÇA SALES

FILIAÇÃO CARVALHO DE MENDONÇA CANDIDA TRAYASSOS DE MENDONÇA

NATURALIDADE JOÃO PESSOA-PB

DOC ORIGEM CASAM N. 26689 FLS. 2323 LIV. B128

CARTÓRIO 1.º JOÃO PESSOA-PB

CPF 343.694.494-72

DATA DE NASCIMENTO 06/10/1940

0 +

CAIXA
POUPANÇA

4392 6717 8561 1332

MARIA DORES M SALES
0036 013 00222007-3 10/24

VISA
Electron


Assinatura digital


313

CAIXA

AQUI Banco24Horas



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.9.19.39349/01
			Data de emissão: 16/12/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/12/2019
Número da guia: 200.2019.639349 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,66
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 253,30 Promovente: MARIA DAS DORES DE MENDONÇA SALES - Taxa Judiciária: R\$ 60,75 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 315,40
			Desconto total: R\$ 0,00
866000000038 154009283180 520191231205 091939349014 			Valor final: R\$ 315,40

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.9.19.39349/01
			Data de emissão: 16/12/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/12/2019
Número da guia: 200.2019.639349 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,66
Promovente: MARIA DAS DORES DE MENDONÇA SALES Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 315,40
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 315,40

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.9.19.39349/01
			Data de emissão: 16/12/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/12/2019
Número da guia: 200.2019.639349 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,66
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 253,30 Promovente: MARIA DAS DORES DE MENDONÇA SALES - Taxa Judiciária: R\$ 60,75 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 315,40
			Desconto total: R\$ 0,00
866000000038 154009283180 520191231205 091939349014 			Valor final: R\$ 315,40





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2019.639349

Data Vencimento: 31/12/2019

Data Emissão: 16/12/2019

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: MARIA DAS DORES DE MENDONÇA SALES

Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Valor da Causa: R\$ 4.050,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 253,30

Taxa: R\$ 60,75

Total da Guia: R\$ 314,05

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



Vistos, etc.

Considerando a impossibilidade de audiência na mediação por falta de perícia passo a decidir:

Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Mafre Seguros Gerais S/A, **determino a designação de audiência de conciliação entre as partes com a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa.

Para tanto, determino a escrivania a nomeação perito judicial constante dos quadrados do Tribunal de Justiça, nos termos da Cláusula primeira, item 1.2, que deverá ser intimado para comparecer a audiência e realização da perícia, ficando facultado às partes a indicação de assistentes de perito, nos termos do Convênio.

O valor da perícia será de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser pago pela Seguradora, no prazo de 15 dias, a partir da intimação e antes da audiência.

Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerando ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC.

P. e Intimem-se as partes, devendo o Advogado do autor comparecer acompanhado de seu constituinte.





FÓRUM CÍVEL DA CAPITAL

Centro Judiciário II de Solução de Conflitos e Cidadania das Varas Cíveis da Comarca da Capital
Av. João Machado, s/n, centro, 7º Andar, tel. 3208-2612

0882531-69.2019.8.15.2001
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO ADVOGADOS

(AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO)

Através do presente expediente fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), advogado(a), INTIMADO(A) da **Tipo: Conciliação Sala: CEJUSC II - SALA 01 Data: 23/04/2020 Hora: 16:00**, a ser realizada no **CEJUSC (Centro de Conciliação e Mediação Cível)** Comarca da Capital, atentando-se as partes para os termos do art. 334, §§ 3º, 8º e 10º do NCPC.

João Pessoa-PB, em 3 de março de 2020

MARIA DE LOURDES GONDIM

Analista/Técnico Judiciário

